

## Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo  
luizazedo.01@dabr.com.br



# O pacto com o Centrão

O presidente Jair Bolsonaro confirmou, na manhã de ontem, depois de duas horas e meia de conversa, a indicação do senador Ciro Nogueira (PI), presidente do PP, para o estratégico cargo de ministro-chefe da Casa Civil do Palácio do Planalto. Entre suas tarefas, estão a coordenação dos principais programas do governo, a participação nas decisões sobre remanejamento de verbas do Orçamento, a construção de alianças regionais e a articulação com o Congresso Nacional, na qual terá duas tarefas prioritárias: domar a CPI da Covid no Senado, em que os governistas estão em minoria, e articular a aprovação do voto impresso na Câmara. São duas missões quase impossíveis, a esta altura do campeonato.

O repertório de mudanças bem-sucedidas no Palácio do Planalto, em momentos de apuros, não é pequeno. Entretanto, também houve fracassos. Um deles ocorreu no governo Collor, quando o presidente do PFL, Jorge Bornhausen, assumiu a recém-criada Secretaria de Governo. Collor tentava manter seu governo afastado do jogo político-partidário e, por meio de medidas provisórias, viabilizar seu programa. Entretanto, no início de 1992, o recrudescimento da inflação, o crescimento do desemprego e as denúncias envolvendo membros do governo levaram-no a buscar uma base parlamentar que lhe assegurasse apoio.

Havia duas hipóteses: ceder alguns postos ao PSDB, que fracassou; ou trazer para o governo o PDS (atual PP), o PTB e o PL, a solução adotada. Entretanto, Pedro Collor, irmão do presidente, denunciou a existência de vasto esquema de corrupção no interior do governo, que teria sido montado por Paulo César Farias, o PC, ex-tesoureiro de sua campanha presidencial. Em consequência, uma CPI no Congresso começou a investigar o governo. Na ocasião, Bornhausen afirmou: "As CPIs nunca deram em nada". No final de agosto, porém, aconselhou Collor a renunciar ao mandato. O resto da história todos já sabem.

Outro fracasso foi a indicação de Michel Temer, vice-presidente da República, como articulador político do governo, após a vitória do deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ) na disputa pela Presidência da Câmara, contra o petista Arlindo Chinaglia (SP), candidato da presidente Dilma Rousseff, que interferiu na eleição e foi derrotada. Temer assumiu em 7 de abril de 2017, após as manifestações ocorridas no mês anterior, quando milhares de pessoas foram às ruas pedir o impeachment de Dilma. As funções da Secretaria de Relações Institucionais passaram à alçada da Vice-Presidência. Temer procurou acalmar os ânimos, porém, quatro meses depois, deixou a articulação, alegando ter sofrido boicote em seu trabalho. Ainda se reuniu com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e lideranças do PMDB, na tentativa de aproximar o partido do governo.

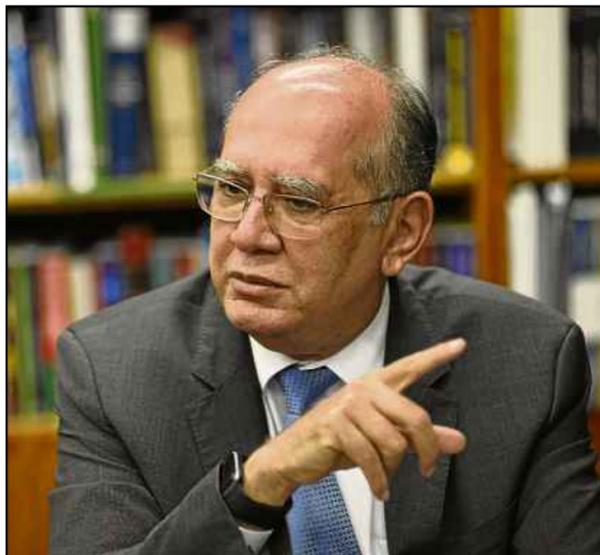
### Sede de poder

Dilma fizera uma reforma ministerial em 5 de outubro, cortando oito da 39 pastas e ampliando o espaço do PMDB, que passou de seis para sete ministérios, incluindo a pasta da Saúde; Ciência, Tecnologia e Inovação; dos Portos; Agricultura; Minas e Energia; Turismo e Secretaria de Aviação Civil já eram controlados pelo PMDB. Entretanto, em 2 de dezembro, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) acatou um dos pedidos de abertura do processo de impeachment de Dilma. Dias depois, Eliseu Padilha deixou o governo e, em seguida, Michael Temer enviou carta à presidente da República na qual afirmou: "Passei os quatro anos de governo como vice decorativo... Perdi todo protagonismo político que tivera no passado e que poderia ter sido usado pelo governo. Só era chamado para resolver as votações do PMDB e as crises políticas". O desfecho todos também conhecem.

O presidente Bolsonaro não vai matar a fome de elefantes com alface. Tudo bem que o PP é o antigo PDS, originário da Arena, o partido do regime militar, mas o Centrão tem outras legendas gulosas. A repactuação do "sistema de poder" entre os militares, as oligarquias nordestinas, as igrejas evangélicas e setores empresariais que apoiam o governo, sobretudo do agronegócio, depende de três variáveis: uma redistribuição de cargos na Esplanada, principalmente nos ministérios "capilarizados"; a retomada do crescimento econômico e um horizonte eleitoral nos estados no qual Bolsonaro consiga resgatar sua expectativa de poder.

## PODER

Minervino Junior/CB/D.A Press - 27/2/20



Gilmar Mendes atende a ações protocoladas por quatro deputados



Braga Netto teria condicionado as eleições à aprovação do voto impresso

# Mendes cobra PGR sobre Braga Netto

Ministro do Supremo requer à Procuradoria manifestação a respeito de quatro petições que pedem investigação do ministro da Defesa por suposta ameaça à realização das eleições

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal, encaminhou à Procuradoria-Geral da República (PGR) uma ordem para que a instituição se manifeste sobre quatro petições que pedem que o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, seja investigado por ameaçar a realização das eleições do ano que vem.

De acordo com reportagem do Estadão, no último dia 8, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), recebeu um recado de Braga Netto por meio de um interlocutor político. O general pediu para comunicar que, se não houvesse voto "impresso e audível", não haveria eleições em 2022. O presidente Jair Bolsonaro repetiu publicamente a ameaça de Braga Netto no mesmo dia. "Ou fazemos eleições limpas no Brasil, ou não temos eleições", afirmou o chefe do Executivo a apoiadores, na ocasião, na entrada do Palácio da Alvorada.

As ações que devem ser analisadas, agora, pelo procurador-geral da República, Augusto Aras, por determinação de Gilmar Men-

des, foram movidas pelos deputados Alexandre Frota (PSDB-SP), Bohn Gass (PT-RS), Paulo Teixeira (PT-SP) e Natália Bonavides (PT-RN). Há, ainda, uma "denúncia popular", que é assinada pelo advogado Ronan Wielewski Botelho.

Uma das petições afirma que "os fatos narrados pelo jornal merecem especial atenção diante dos riscos que representam para a democracia". Outra ação diz que as declarações de Braga Netto "ameaçam e violam de morte a Constituição" e consistem suposto "abuso de autoridade e crime de lesa-pátria". Ao Supremo, os parlamentares defendem a investigação do general por supostos crimes de responsabilidade e contra a Lei de Segurança Nacional.

A proposta de emenda à Constituição (PEC), de autoria da deputada bolsonarista Bia Kicis (PSL-DF), que pede a inclusão de impressoras na urna eletrônica, a fim de criar uma outra etapa de auditoria dos votos, está em tramitação na Câmara. A tendência, no entanto, é de que a proposta seja rejeitada.

Na semana passada, após a publicação da reportagem sobre

o recado do ministro da Defesa, Gilmar Mendes usou as redes sociais para rechaçar tentativas de ruptura institucional por parte das Forças Armadas a fim de garantir o voto impresso. "Os representantes das Forças Armadas devem respeitar os meios institucionais do debate sobre a urna eletrônica. Política é feita com argumentos, contraposição de ideias e, sobretudo, respeito à Constituição. Na nossa democracia, não há espaço para coações autoritárias armadas", escreveu o decano da Corte, na ocasião.

As reações às ameaças de Braga Netto uniram representantes dos Três Poderes. Manifestações em defesa da democracia se somaram a uma série de convocações para que o chefe das Forças Armadas preste esclarecimentos.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, que já tinha aprovado convite para que Braga Netto explicasse uma nota com ataques à CPI da Covid, incluiu entre os temas da audiência as ameaças às eleições. O general deve ser ouvido em 17 de agosto.

### » Barroso reforça sistema eleitoral

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), escolheu dois profissionais do alto escalão da instituição para formar um núcleo de monitoramento que reforce a segurança do sistema eleitoral brasileiro. A decisão, tomada ontem, ocorre num momento em que o presidente Jair Bolsonaro e membros do governo federal investem no aumento da tensão na relação com os líderes dos outros dois Poderes da República, a fim de viabilizar a pauta do voto impresso audível — amplamente defendida pelo chefe do Executivo. Com a missão de acompanhar qualquer manifestação que diga respeito à segurança do processo eleitoral, Barroso definiu como responsáveis a secretária-geral do TSE, Aline Osório, e o secretário de tecnologia da instituição, Julio Valente. Juntos, eles terão a função de dar continuidade e aprimorar a campanha contra a circulação de notícias falsas que desinformam sobre as eleições e a urna eletrônica.

# Preocupação com uso político do Orçamento

Pablo Valadares/Câmara dos Deputados - 15/6/21

» JORGE VASCONCELLOS  
» LUIZ CALCAGNO

A chegada do senador Ciro Nogueira (PP-PI) ao comando da Casa Civil aumentou as preocupações dos opositoristas com o suposto uso político dos recursos do Orçamento da União. Mais precisamente, as atenções estão voltadas para as chamadas "emendas do relator", usadas desde o ano passado para turbinar indicações individuais de deputados e senadores.

Para 2021, os parlamentares têm direito a um valor fixo de R\$ 16 milhões em emendas individuais no Orçamento. Com as emendas do relator, também chamadas de RP9, governistas conseguiram indicar o destino de mais de R\$ 100 milhões.

Essa modalidade diferenciada de destinação de recursos orçamentários foi aprovada pelos congressistas em 2020. Nela, não há transparência sobre as indicações das verbas, e os acordos são firmados entre a cúpula do Congresso e o governo federal, privilegiando alguns parlamentares. Dessa forma, fica mais difícil fiscalizar se o dinheiro está sendo bem aplicado ou se houve barganha em troca de votos, por exemplo.

O senador Marcio Bittar (MDB-AC) é o relator do Orçamento de 2021, mas o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem o controle dos recursos a serem distribuídos entre os deputados — R\$ 11 bilhões em emendas RP9. Já os R\$ 5,8 bilhões do Senado serão controlados por Ciro Nogueira.



Integrante do Centrão, Lira controla distribuição de recursos a deputados

A oposição tentou, mas não conseguiu derrubar as emendas do relator na votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2022, ocorrida em julho. Em outra frente, o PSol deu entrada com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o que chama de "orçamento secreto" do governo.

O deputado Ivan Valente (PSol-SP) teme que, com Ciro Nogueira na Casa Civil e Arthur Lira na presidência da Câmara, o Centrão, bloco partidário liderado pelos dois parlamentares, vai intensificar o uso político das verbas da União. "Isso é compra de votos, chama-se corrupção. Esse é o orçamento do Centrão. Se for ver, os

deputados do Centrão recebem 10, 12, 15 vezes mais do que um deputado comum. É um escárnio, uma vergonha, porque não é constitucional, é ilegal", disse o deputado, acrescentando que a ministra Rosa Weber, do STF, está prestes a se pronunciar sobre a ADPF apresentada pelo partido.

Já o líder do PSDB no Senado, Izalci Lucas (PSDB-DF), que já foi vice-líder do governo, considera que Bolsonaro, na tentativa de salvar o mandato, entregou o Orçamento ao Centrão. "Eu acho que o Ciro vai comandar tudo isso. E o Centrão já tem esse controle há algum tempo. Bolsonaro está cometendo o mesmo erro que governos anteriores. Talvez, para evitar o impeachment. Mas eu acho que ele perdeu a grande



**Se for ver, os deputados do Centrão recebem 10, 12, 15 vezes mais do que um deputado comum. É um escárnio, uma vergonha, porque não é constitucional, é ilegal"**

Ivan Valente (PSol-SP), deputado

oportunidade de fazer as reformas antes disso", analisou.

Por sua vez, o economista Gil Castello Branco, fundador da Associação Contas Abertas, frisou que quanto mais Bolsonaro estiver fragilizado politicamente maior será o preço cobrado pelo Centrão. "O Centrão, como sempre, está se apossando da caneta e da chave do cofre. Está enfiando a faca e rodando. As emendas de relator, no Orçamento de 2021, somam R\$ 16,9 bilhões. O valor é equivalente a três vezes o proposto pelos parlamentares para o Fundo Eleitoral, um outro absurdo", disse o economista, referindo-se à decisão do Congresso que triplicou, para R\$ 5,7 bilhões, os recursos do fundo que financia as eleições.